

## **OBJETO DA PSICOLOGIA SOCIAL ANALITICAMENTE ORIENTADA: MECANISMOS E DETERMINAÇÕES DA ADESÃO E RESISTÊNCIA À VIOLÊNCIA FASCISTA**

*Gil Gonçalves Júnior*

Durante a década de 1960, estando interessado em promover uma difusão mais ampla de sua obra, de modo a que mais pessoas a conhecessem e a compreendessem, Adorno proferiu palestras e participou de debates difundidos pela rádio de Hessen, sendo que, na maioria desses momentos, o interesse dele e, quando era o caso, de seus interlocutores, voltou-se para a educação contra a barbárie.

Ao iniciar uma dessas palestras, aquela em que trata do tema “Educação após Auschwitz”, Adorno assim se manifesta:

A exigência de que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação [...] Qualquer debate acerca de metas educacionais carece de significado e importância frente a essa meta: que Auschwitz não se repita [...] Fala-se da ameaça de uma regressão à barbárie. Mas não se trata de uma ameaça, pois Auschwitz *foi* a regressão (1995, p. 119, grifo na versão consultada).

Trata-se, portanto, de uma clara manifestação do compromisso do autor com a resistência, mediante o esclarecimento provido por uma educação a isso destinada, à possibilidade de ressurgimento da barbárie expressa por Auschwitz

– desde sempre símbolo dos horrores perpetrados pelo nazismo –, compromisso esse partilhado por autores da primeira geração da Escola de Frankfurt.

Na “Introdução” ao célebre estudo “La personalidade autoritária” (1965), do qual participaram vários desses autores, esse compromisso coletivo é assim expresso: “nenhuma tendência político-social encerra tão séria ameaça a nossas instituições e valores tradicionais como o fascismo [...] conhecer as forças da personalidade que favorecem sua aceitação pode ser útil na luta contra essa ideia” (p. 27, tradução nossa). No caso, esclarece Horkheimer no “Prólogo” dessa mesma obra, tal conhecimento, mais precisamente, resultaria em “possibilidades de combater o problema [isto é, a adesão a apelos irracionais] com métodos genuinamente educativos” (p. 20, tradução nossa).

Com efeito, parte considerável dos esforços intelectuais de Adorno e de outros autores da primeira geração da escola de Frankfurt foi impulsionada pelo intento de verificar se e como, nos termos de suas suposições, as tendências que favoreceram a emergência do nazismo continuavam latentes na estrutura e dinâmica sociais, bem como nas propensões psíquicas dos indivíduos, mesmo após a derrota desse regime político, pois entendiam essa tarefa como requisito para alcançar um conhecimento que contribua para a prática de uma educação contra a barbárie.

Nessa medida, quando não apenas, mas também e intensamente em nosso país, avulta-se a simpatia ao fascismo e se assiste a manifestações concretas da violência inerente a esse ideário, ou a ele correlatas, inclusive com a eleição de governantes que atuam em consonância com valores próprios desse mesmo ideário, não parece descabido recorrer às reflexões desse autor, tanto para entender o ressurgir de tais manifestações, quanto para subsidiar a necessária reflexão de como opor resistência a essa escalada da violência que ora assola expressivos contingentes da humanidade, mesmo transcorrido um largo tempo desde que as formulou.

Buscando elucidar a pertinência de se recorrer à obra de Adorno para refletir a respeito da necessária contraposição a essa escalada, de início, recorreu-se, com maior ênfase, à atenção por ele conferida à educação contra a barbárie, contudo, doravante, se tratará da psicologia social analiticamente orientada, por ele delineada no texto “Acerca de la relación entre sociología y psicología” (1986).

Optou-se por comentar essa contribuição de Adorno, pois tal como configurada por ele nesse texto, essa psicologia social contribui para desvelar aquilo que dificulta a emergência da consciência crítica nos indivíduos e, contrariamente, favorece a constrição deles à situação de heteronomia que favorece a adesão a

propostas conducentes à barbárie, tal como as expressas pelo fascismo. Ademais, como essa psicologia social, no entender do autor, deve necessariamente se articular à teoria da sociedade, então, suas descobertas referem-se, simultaneamente, às já citadas tendências latentes na sociedade e às propensões presentes no psiquismo dos indivíduos.

Ainda como motivo para essa opção, acresça-se que, assim como o possível estado de latência do fascismo, seja na concretude social, seja no psiquismo dos indivíduos, um indicativo da probabilidade de seu ressurgimento, foi o que impulsionou os autores do estudo “La personalidad autoritaria” (1965) a realizá-lo, assim também, registra Adorno: “Ante o fascismo considerou-se necessário completar a teoria da sociedade com a psicologia social, sobretudo a psicologia social analiticamente orientada” (Adorno, 1986, p. 36, tradução nossa). Portanto, reponha-se, são duas proposições coerentes com o compromisso de seus autores em relação às vítimas do fascismo, além de que, permeadas pelo intuito de prover conhecimentos que favoreçam resistir à violência inerente a esse ideário.

. . .

A necessária complementaridade entre a teoria social e a psicologia social analiticamente orientada, indicada por Adorno no excerto anteriormente transcrito, traduz o entendimento dele de que tanto a psicologia quanto a sociologia, decorrentes que são da divisão social do trabalho que alcançou o fazer científico, mostram-se insuficientes para, isoladamente, explicar os motivos da adesão dos indivíduos a uma ordem social entendida como irracional e, portanto, a eles desfavorável, pois regida pela *ratio* resultante do percurso do esclarecimento que, tentando escapar ao mito, findou por nele recair, configurando assim, a irracionalidade objetiva, como bem o evidenciam Horkheimer e Adorno na obra “Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos” (1997).

Em poucas palavras, os limites explicativos da Sociologia adviriam da determinação social da racionalidade e da irracionalidade, bem como da atribuição desta exclusivamente ao indivíduo, algo que impede esse campo do saber de ter acesso à irracionalidade presente no próprio ordenamento social – a irracionalidade objetiva –, devidamente explicitada pelo autor e Horkheimer na obra acima citada. A Psicologia, por seu turno, restrita que está à dimensão monadológica do indivíduo, fica impedida de desvendar a influência decisiva que a irracionalidade objetiva – presente na sociedade – exerce na determinação da irracionalidade individual – a subjetiva.

Já a unificação desses dois campos do saber, solução que, num primeiro momento, poderia se apresentar como apropriada para superar a dificuldade apontada, no entender do autor, não é passível de ocorrer, pois, ainda em decorrência da irracionalidade objetiva, indivíduo e sociedade encontram-se cindidos entre si. “Os seres humanos não conseguem reconhecer-se a si mesmos na sociedade, e esta tampouco neles, pois se encontram alienados entre si frente ao todo” (1986, p. 38, tradução nossa), são os termos com que o autor aponta essa cisão que obsta aquela unificação que se afiguraria como apropriada. Por isso mesmo, no já citado texto “Acerca de la relación entre sociología y psicología” (1986), Adorno, dentre outras análises e reflexões, dedicou-se a delinear a psicologia social analiticamente orientada, apresentando uma configuração que, justamente por não ignorá-la, não hipostasiou essa cisão.

Nessa configuração, a necessária complementaridade entre Sociologia e Psicologia, apontada por Adorno, consiste em esta última articular suas elaborações com a teoria da sociedade, pois mesmo sendo o indivíduo socialmente mediado, o conhecimento provido pela psicologia restringe-se à esfera deste e não à da sociedade.

Sendo essa especificidade do conhecimento da Psicologia, como já antecipado, resultado da cisão entre indivíduo e sociedade, essa psicologia social tem necessariamente de considerá-la, até porque dela resulta o aprofundamento da cisão sujeito-objeto que, por sua vez, intervém tanto no fazer científico, quanto na constituição psíquica do indivíduo que adere à irracionalidade.

O modo como Adorno a nomeia já permite antever que a psicologia social por ele configurada deva adotar uma orientação analítica, pois mesmo sendo alvo de ressalvas do próprio Adorno e de outros teóricos críticos, que a submeteram a análises exaustivas e rigorosas, a conclusão alcançada é a de que apenas a psicanálise dedica-se a estabelecer nexos entre as irracionalidades objetiva e subjetiva. Nas palavras dele: “a psicologia analítica [é] – a única que investiga seriamente as condições objetivas da irracionalidade subjetiva” (Adorno, 1986, p. 36, tradução nossa).

O ego, instância psíquica na qual se entrelaçam as tensões entre o mundo externo e as instâncias psíquicas antagônicas entre si – id e superego –, ao longo da história, tem sido o destinatário das manobras destinadas à constituição do indivíduo necessário à ordem social vigente. Por conseguinte, entende Adorno, o objeto da psicologia social analiticamente orientada deve ser exatamente essa instância: o ego.

Quanto ao enfoque a ser adotado, Adorno indica que essa psicologia social deve inverter aquele usualmente seguido nas demais propostas teóricas desse campo do saber e, assim, dispender esforços para prover a compreensão de como o social penetra o psiquismo humano, determinando a sua constituição, ao invés de estudar o indivíduo em sociedade.

Por fim, como no entender de Adorno, “Toda imagem de ser humano, com exceção da negativa, é ideologia” (1986, p. 59, tradução nossa), sua indicação, de modo coerente com esse entendimento, é que a psicologia social analiticamente orientada deva adotar um caráter negativo, o que significa dedicar-se a elucidar o que impede a emergência da consciência crítica e, exatamente por isso, dificulta a autonomia dos indivíduos, favorecendo a adesão destes àquilo que é danoso aos seus interesses, como o é, por certo, a simpatia ao fascismo que ora se dissemina na sociedade.

Apresentados sucintamente os elementos que, nos termos das ponderações de Adorno no texto anteriormente citado, configuram a psicologia social analiticamente orientada, afigura-se como recomendável apresentar e comentar, doravante, as reflexões que levaram o autor a os definir como tais e, extensivamente, ampliar e aprofundar a compreensão desse modo de produzir conhecimentos na área de psicologia social, notadamente no que se refere à cisão indivíduo sociedade e seus desdobramentos para a relação entre Sociologia Psicologia, bem como à primazia conferida por ele ao objeto, elucidativa do fato de ter ele apontado o ego como objeto dessa psicologia social.

...

Para tanto, inicialmente, convém explicitar que a afirmação, feita por Adorno, de que a psicologia social analiticamente orientada deve articular suas formulações com uma teoria da sociedade, não é nem pode ser entendida como a unificação dessas duas ciências, visto que isso está impedido pela cisão indivíduo sociedade. Tampouco, acresça-se, deve ser confundida com a interdisciplinaridade, porquanto seria inadequado promover, no âmbito do saber que busca desvelar a realidade, a conciliação daquilo que, nessa mesma realidade, está de fato cindido: “Nenhuma síntese científica futura pode conciliar o que está cindido em princípio” (Adorno, 1986, p. 43, tradução nossa), são os termos com os quais o autor registra essa impossibilidade.

A divisão social do trabalho, resultante do percurso do esclarecimento e que alcançou o fazer científico, é algo objetivo e define a configuração do mundo e da vida das pessoas, por conseguinte, seria ideológica a ciência que ignorasse essa configuração, assim como ideológica seria aquela que a definisse como natural e definitiva. O fato da divisão entre psicologia e sociologia, mencionada pelo autor, ser falsa e verdadeira ao mesmo tempo, é por ele comentado mais de uma vez no texto em questão, sempre com a ressalva de que, apesar de cada uma delas estudar fenômenos de natureza diferente, ante o caráter social do indivíduo, ambas são necessárias, pois uma desvela os limites e as contradições da outra, sendo estes, ademais, igualmente elementos da realidade.

Com o fito de elucidar o caráter simultaneamente falso e verdadeiro da separação entre psicologia e sociologia, parece oportuno recorrer às próprias palavras do autor, quando ele afirma que:

A separação entre sociedade e psique é falsa consciência, pois eterniza categorialmente a cisão entre o sujeito vivente e a objetividade que governa os sujeitos, conquanto provenha deles. Não se pode, porém, retirar a base dessa falsa consciência por decreto metodológico [acrescendo a seguir que] A falsa consciência tem, ao mesmo tempo, razão: a vida interior e a exterior estão desgarradas entre si [ou seja,] O que a ciência da divisão social do trabalho projeta sobre o mundo, reflete somente o que se consumou neste (Adorno, 1986, p. 38-39, tradução nossa).

Portanto, a falsa consciência, que perpetua a cisão entre indivíduo e sociedade, tem o seu momento de verdade exatamente ao explicitar essa mesma cisão, e a divisão entre psicologia e sociologia, que pode ser apontada como falsa por contribuir para essa perpetuação, é também verdadeira, pois se refere a algo que, de fato, está presente na realidade, ou seja, para evitar o risco de cair na mera ideologia, retomando as palavras do autor, não se pode ‘retirar por decreto metodológico’, a base em que essa cisão está assente.

Ainda quanto à divisão entre esses dois campos do saber, o autor, nos termos da tese marxista, comenta que, como a superestrutura – “na qual durante a supremacia da economia há de se incluir toda da esfera psicológica” – se transforma num ritmo mais lento que o da infraestrutura, então, “Na medida em que a divisão do trabalho científico se ajusta a essa divergência real, é legítima” (Adorno, 1986, p. 78-9, tradução nossa). Assim, parece adequado, a modo de conclusão das considerações antecedentes, transcrever o excerto a seguir:

A separação entre sociologia e psicologia é desacertada e correta ao mesmo tempo. Desacertada ao endossar a renúncia ao conhecimento da totalidade que, todavia, determina a separação; correta, no entanto, pois faz constar a ruptura realmente consumada de forma mais ir-reconciliável que a prematura união conceitual (Adorno, 1986, p. 50, tradução nossa).

Já nas considerações iniciais do texto em questão, Adorno apresenta elementos que denotam ser apropriado à psicologia social analiticamente orientada valer-se da teoria da sociedade para produzir conhecimento. Isso por que, como afirma ele: “a quem se esforça para compreender custa-lhe muito contentar-se com o decisivo, com a demonstração das condições objetivas dos movimentos de massa e não sucumbir à sugestão de que já não mais vigoram leis objetivas” acrescentando a seguir não ser suficiente indicar a manipulação da opinião pública pelos meios de comunicação de massa como a única causa desse quadro, uma vez que “as massas não se deixariam enganar por uma propaganda torpe, capciosa e falsa se algo nelas não acolhesse os chamados ao sacrifício e à vida perigosa” (1986, p. 36, tradução nossa).

A irracionalidade que caracteriza os movimentos de massa, conclui-se dessas afirmações do autor, é algo objetivo, porquanto inerente a um ordenamento social regido por uma razão permeada pela irracionalidade, mas, a sua realização e permanência não prescindem da adesão das pessoas que vivem nessa ordem, a qual, por sua vez, não pode ser explicada unicamente por essa mesma razão paradoxal, mas também por motivos presentes no psiquismo dessas pessoas que, assim, não podem ser esclarecidos apenas pela irracionalidade presente na ordem social, não obstante essas pessoas serem socialmente mediadas. Daí a proposta de uma articulação que explicita as tensões entre a irracionalidade objetiva – presente na ordem social e a irracionalidade subjetiva – presente no psiquismo dos indivíduos que vivem nessa ordem.

Com a finalidade de, mais uma vez, ressaltar que a proposta de articulação entre psicologia social e teoria da sociedade feita por Adorno não deve ser confundida com unificação ou interdisciplinaridade, convém ressaltar que, não obstante o expresso reconhecimento da necessidade de tal proceder, conforme o já antes enunciado em outros momentos desse mesmo texto (1986), o autor ressalva que os fenômenos estudados por essas duas disciplinas são diferentes entre si, pois, reitera-se, mesmo sendo socialmente mediado, o indivíduo, inclusive em razão da tese marxista já citada, não reproduz de maneira imediata, em seu psiquismo, a sociedade em que vive – “A ‘psicodinâmica’ é a reprodução de conflitos sociais no indivíduo, mas não de maneira que copie, sem mais, as

tensões sociais atuais” (Adorno, 1986, p. 48, tradução nossa) – afirma o autor a esse respeito.

Inclusive, para Adorno, em decorrência do crescimento dos antagonismos sociais e do conseqüente crescimento da impotência dos indivíduos, os quais o levam a afirmar que “O mundo pré-burguês ainda não conhecia a psicologia e o totalmente socializado já não a conhece” (Adorno, 1986, p. 74, tradução nossa), cabe às ciências que estudam a sociedade – economia e sociologia – explicar até mesmo o agir isolado do indivíduo, porquanto, estando integrado aos processos e às tendências sociais, esse agir traduz a *ratio* que rege a sociedade e, dessa maneira, está inserido na esfera do social. Nessa medida, à psicologia, de acordo com esse entendimento dele, caberia explicar os comportamentos irracionais tanto dos indivíduos isoladamente quanto, especialmente, dos grupos, sendo que, de acordo com o autor, “Tal é o caso, por certo, dos movimentos de massa contemporâneos como dos passados” (Adorno, 1986, p. 77, tradução nossa).

Assim, enfatize-se, nos termos dessa conclusão do autor, caberia à psicologia social analiticamente orientada estudar a irracionalidade que permeia os movimentos de massa, ou seja, algo da esfera dos indivíduos, devendo-se o apelo à sociologia ao fato de o indivíduo integrar, como não poderia deixar de ser, “a universalidade das relações sociais que formam de antemão todos os objetos e, por certo, a consciência de todos os objetos” (Adorno, 1978, p. 121), e assim, por conseguinte, “a teoria da sociedade é necessária para que as próprias descobertas científicas sejam dignas de confiança” (Adorno, 1978, p. 125). Contudo, tal proceder – que, já foi mais de uma vez aqui afirmado, não é unificação ou interdisciplinaridade – não deve resultar na subsunção de um saber pelo outro, como claramente o adverte o autor ao se referir “uma psicologia que penetre o núcleo social da psicologia, sem mesclar-lhe um forte suplemento de conceitos sociológicos” (Adorno, 1986, p. 83, tradução nossa).

...

Na antecedente apresentação da psicologia social delineada por Adorno, ao serem citados e comentados os elementos que a configuram e as necessárias ênfases, tendo se focado mais detidamente um desses elementos – a complementaridade entre as duas áreas do saber –, o ego sempre esteve presente com maior ou menor ênfase e de modo mais ou menos evidente, ou seja, conferiu-se primazia ao objeto.

Essa noção – a de primazia do objeto –, que perpassa vários momentos da obra do autor, constitui-se em importante componente de seu pensamento e, por isso mesmo, mereceria uma atenção que fizesse jus a essa importância. Não obstante, os objetivos e limites deste trabalho impõem que ora se comente a respeito dessa noção apenas aquilo que permita mais bem apontar e fundamentar os desdobramentos conceituais e metodológicos derivados dessa primazia, pois estes, como parece apropriado afirmar, apresentam-se na análise da obra de Freud feita por Adorno, seja quanto à ênfase no ego, seja quanto ao procedimento adotado. Mesmo que abreviados – registre-se – esses comentários conferem retroativamente maior consistência a conteúdos antecedentes.

No texto intitulado “Sujeito e objeto” (1995), há uma passagem em que Adorno faz a seguinte afirmação: “O objeto está tão longe de ser um resíduo desprovido de sujeito quanto de ser algo posto pelo sujeito. Ambas as determinações mutuamente hostis estão adaptadas uma à outra” (p. 193), afirmação essa que pode ser tomada como passo inicial em direção ao entendimento sucinto daquilo a que o autor se refere como primazia do objeto. Com efeito, essa afirmação sugere que, embora não sendo meramente posto pelo sujeito, o objeto contém resíduos a ele adicionados pelo sujeito e, estando ambos adaptados, conquanto ao mesmo tempo guardem uma relação de hostilidade entre si, o sujeito, ao adicionar tais resíduos ao objeto – isto é, modificá-lo –, também se modifica e, assim, incorpora um momento de objeto. Portanto, considerada a primazia do objeto, o próprio sujeito assume a condição de objeto, como o certifica de modo mais explícito e detalhado o próprio autor ao asseverar que “a primazia do objeto significa que o sujeito é, por sua vez, objeto em um sentido qualitativamente distinto e mais radical que o objeto, porque ele, não podendo afinal ser conhecido senão pela consciência, é também sujeito” (Adorno, 1995, p. 187-8).

Afirmar e considerar a primazia do objeto ao produzir conhecimento, também demanda adotar um entendimento da relação sujeito objeto diferente daquela própria do fazer científico regido pela lógica formal, o qual, no dizer do autor, adota um “proceder manipulativo, subjetivamente organizado” (1995, p. 193). E, contrapondo-se a esse raciocínio, que expressa o esclarecimento convertido em positivismo e intervém no modo como os sujeitos pensam o mundo e suas próprias vidas, Adorno atém-se à ideia de experiência, que resulta de uma entrega sem reservas do sujeito ao objeto – à primazia do objeto, portanto –, como fonte de um conhecimento digno desse nome, assim como de uma consciência autêntica, elementos que, ainda de acordo com esse mesmo entendimento, se pressupõem e se interpenetram.

O que engendra o conteúdo objetivo da experiência não é o método da generalização comparativa, senão a dissolução que impede essa experiência, enquanto não livre, de entregar-se ao objeto sem reservas e, como disse Hegel, com a liberdade que distende o sujeito cognoscente até que se perca no objeto, ao qual é aparentado em virtude do seu próprio ser-objeto. [afirma o autor a esse respeito, concluindo que] A posição-chave do sujeito no conhecimento é experiência, não forma (1995, p. 194).

A crítica do autor à lógica formal permite antever que, uma vez adotada a primazia do objeto, não se pode, de maneira irrefletida e imediata, utilizar os métodos próprios dessa lógica que, fundada “na racionalidade do sempre-igual”, finda por obscurecer ainda mais aquilo que, por si só, expressa a indigência do objeto e do sujeito, ao invés de contribuir para a denúncia dessa situação. Mas, entende ele, tampouco se deve, também de maneira irrefletida e imediata, renunciar ao uso desses mesmos métodos, pois como os mesmos expressam cisões e impedimentos objetivos, então, não deixam de ser adequados para estudar os objetos afetos a tais cisões e impedimentos.

Em consonância com esse entendimento e considerando a heteronomia do indivíduo, que resulta da padronização da vida na sociedade administrada, o autor conclui que “os métodos padronizados e, em certo sentido, desindividualizados, tanto constituem uma expressão da situação concreta como um instrumento adequado para a descrever e entender” (Adorno, 1978, p. 125). Os próprios procedimentos metodológicos, por conseguinte, encontram-se afetos a condicionantes históricos, como bem o evidencia o autor quando afirma: “os objetos são frequentemente impostos à investigação pelos métodos que se dispõe, no momento, em vez de ajustar os métodos aos próprios objetos” (Adorno, 1978, p. 124); ou seja, o estágio de desenvolvimento dos métodos e técnicas de investigação é algo objetivo, não passível de ser ignorado e, conseqüentemente, o investigador se vê compelido a utilizá-los, porém, tal utilização não prescinde de uma postura crítica, a ser expressa tanto na adequação desses métodos e técnicas ao objeto, quanto, evidentemente, num possível esforço para superá-los.

A necessidade, apontada por Adorno, de a psicologia social analiticamente orientada recorrer à teoria da sociedade, com base em uma relação em que uma aponte e eventualmente contribua para superar os limites da outra, mas sem que isso resulte na unificação de ambas ou a subsunção de uma pela outra, parece expressar exatamente esse procedimento de recorrer àquilo de que se dispõe, no âmbito do fazer científico em um determinado momento, mas adotando uma postura crítica e buscando superá-lo. Seria, pois, uma postura na qual está implí-

cito o reconhecimento da divisão do objeto na realidade e, concomitantemente, expressa a disposição de não hipostasiá-la, algo coerente com a primazia do objeto, que expressa de modo localizado aquilo que é difuso pensamento de Adorno.

Dando sequência aos desdobramentos da primazia conferida ao objeto no fazer científico, acresça-se que o momento de objeto conferido ao sujeito por essa primazia, advindo de um movimento mediante o qual ambos, de alguma maneira, se afirmam e se negam mutuamente, indica não ser a relação entre esses dois elementos natural e invariável, mas sujeita a alterações, devendo assim ser entendida como histórica e, portanto, também social. “Nessa medida, o objeto é, de fato, como ensinava o neokantismo, ‘inesgotavelmente proposto’” (Adorno, 1995, p. 193), conclui o autor, corroborando esse entendimento que, por sua vez, remete à necessidade, por ele apontada, de considerar a teoria da sociedade no estudo que a psicologia social analiticamente orientada deve fazer do sujeito, porquanto, “A objetividade só pode ser descoberta por meio de uma reflexão sobre cada nível da história e do conhecimento, assim como sobre aquilo que a cada vez se considera como sujeito e objeto, bem como sobre as mediações” (Adorno, 1995, p. 193). Sujeito e objeto, portanto, não se definem desgarrados de um determinado momento histórico, de um contexto social específico.

Conferir primazia do objeto, por fim, não dispensa a crítica a esse mesmo objeto, até porque, considerando os princípios da teoria crítica, primazia do objeto, necessariamente, é também crítica do objeto. Assim, a crítica antes feita ao método científico, por conseguinte, não invalida a crítica ao objeto. A propósito, em artigo no qual trata da presença da psicologia social na obra de Adorno, Crochik pontua que: “A psicologia, neste sentido, é uma disciplina proposta visando à compreensão e ao mesmo tempo à superação do objeto que estuda” (1996, p. 44), por certo, considerando-se o que se vem discutindo, uma superação resultante da crítica a esse mesmo objeto.

Assim, a seguir, cabe tratar da exaustiva e extensa análise que Adorno, justamente porque confere primazia ao objeto, faz à maneira como o ego é apresentado e caracterizado na teoria freudiana, instância essa, ressalte-se, apontada por ele próprio como o objeto da psicologia social analiticamente orientada.

. . .

Para tanto, convém destacar, de início, que em mais de um momento do texto que é a principal fonte de consulta para a elaboração das considerações contidas neste texto, Adorno, contrapondo criticamente elementos históricos e as formulações teóricas de Freud, enuncia a fragilidade do ego, indicando ser essa fragilidade não apenas uma deficiência teórica, mas também e em larga medida uma consequência da miséria vital a que estão submetidos os indivíduos que se constituem como tais em uma sociedade permeada pela irracionalidade objetiva e que, portanto, quedam impotentes ante a manipulação da opinião pública procedida pelos meios de comunicação, porquanto dotados de um ego fragilizado.

Contudo, não parece suficiente, sob o risco de uma excessiva e inócua generalidade, afirmar essa configuração do ego como o motivo da adesão dos indivíduos a interesses contrários à sua própria autoconservação, algo que, registre-se, o autor não fez. Contrariamente, o que se afigura como adequado, caso se pretenda um conhecimento que transcenda a ‘racionalidade do sempre-igual’, é desvelar como essa fragilidade se produz na relação indivíduo sociedade, e como se configura e se manifesta nesse mesmo indivíduo.

Para tanto, parece de bom alvitre reportar-se à contraposição feita pelo autor entre o mecanismo de racionalização e a ideologia, pois como ambas têm um forte componente de falsidade, sendo esta referente ao contexto da sociedade, portanto, objetiva, e aquela referente à constituição psíquica do indivíduo, portanto, subjetiva, tal contraposição resulta, como será evidenciado, em desdobramentos que favorecem compreender a produção social e a configuração e manifestação nos indivíduos daquela fragilidade.

“A racionalização privada, o autoengano do espírito subjetivo, não é o mesmo que a ideologia, a falsidade do espírito objetivo” (Adorno, 1986, p. 56, tradução nossa), são termos com que o autor ressalta que uma não é a outra, reiterando assim seu entendimento de que a sociedade e o psiquismo não são a mesma coisa, ou ainda, por extensão, que a falsidade subjetiva não é exatamente a falsidade objetiva, porquanto a sociedade; reponha-se, não penetra incólume o psiquismo do indivíduo.

Esse entendimento, todavia, não impede o autor de constatar que “Sem embargo, os mecanismos de defesa do indivíduo buscarão continuamente reforços nos da sociedade, já estabelecidos e múltiplas vezes reforçados” (Adorno, 1986, p. 56, tradução nossa), ou seja, o objetivamente verdadeiro reforça o subjetivamente falso que, nessa condição, denuncia a falsidade oculta nessa verdade objetiva, e essa falsidade, por seu turno, confere um conteúdo de verdade ao subjetivamente falso.

Para o autor, o espantoso em relação à irracionalidade objetiva é o fato dos indivíduos não resistirem a ela, embora ele mesmo reconheça que eles vivem num mundo regido por essa e não outra *ratio* e, assim, autoconservação deles inclui a tarefa de se adaptar a esse mundo. A racionalização, por conseguinte, arvora-se em elemento dessa adaptação e, mediante esse mecanismo, o social, mesmo não sendo imediatamente o psíquico, insista-se, impõe neste as suas marcas: “As racionalizações são as cicatrizes da *ratio* no estado da irracionalidade” (Adorno, 1986, p. 57, tradução nossa).

O fato da racionalização, um mecanismo do ego, expressar essa relação dialética entre o social e o psíquico, respectivamente objetos da sociologia e da psicologia, indica mais cabalmente o acerto de tomar essa instância como objeto da psicologia social analiticamente orientada, assim como a necessidade desta em se articular com uma teoria da sociedade. Não obstante, resta ainda explicitar a fragilidade do ego que, como demonstra Adorno, é inerente à natureza e às funções atribuídas pelo próprio Freud a essa instância, fragilidade essa que facilita a imposição das marcas do social diretamente no inconsciente, resultando em uma configuração que a reforça e amplia.

A característica dialética que o autor vislumbra no mecanismo da racionalização parece advir justamente da natureza dialética por ele atribuída ao ego. “O conceito do ego é dialético, psíquico e não psíquico, um fragmento de libido e representante do mundo” (Adorno, 1986, p. 62, tradução nossa), afirma o autor em uma de suas objeções a Freud que, por não se ocupar dessa dialética, impediu-se de identificar contradições que esgarçam a unidade por ele pretendida para o seu sistema.

Prosseguindo em sua análise, Adorno constata que a característica racional atribuída ao ego não basta para essa instância cumprir as funções que, justamente por essa característica, lhe foram designadas pelo próprio Freud, pois em consonância com a irracionalidade que identifica na concretude social, ele conclui que, para tanto, o ego é compelido a assumir uma dimensão irracional, conforme o excerto a seguir transcrito:

Ele [o ego] tem de converter-se em inconsciente, em parte da dinâmica pulsional sobre a qual, entretanto, deve elevar-se. No interesse da autoconservação o ego tem, ao mesmo tempo, de deter continuamente o rendimento cognitivo que é realizado por ele mesmo no interesse da autoconservação, negar-se a autoconsciência. (Adorno, 1986, p. 63, tradução nossa).

Considerando, nos termos das reflexões do autor, que a concretude social encontra-se permeada pela irracionalidade, adaptar-se a essa realidade em nome da conservação, de fato, demanda ao ego negar-se como autoconsciência e, assim, incorporar uma porção inconsciente, o que, mais uma vez, evidencia ser a fragilidade do ego apontada por Adorno, em grande medida, corolário da miséria existencial imposta aos indivíduos por essa realidade ao invés de tão somente expressar contradições da teoria freudiana.

Dando sequência à reflexão a respeito do que determina a fragilidade do ego, retome-se que a natureza dialética do ego apontada por Adorno deve-se a essa instância psíquica ser, simultaneamente, portadora da realidade e das necessidades libidinais, o que a caracteriza, também simultaneamente, como a sua negação, como não ego. Nas palavras do autor, “[o ego] está predisposto por sua própria estrutura a um duplo papel” (Adorno, 1986, p. 63, tradução nossa); mais ainda, a circunstância de ser portador, ao mesmo tempo, daquilo que o afirma e daquilo que o nega, já por si só dificultosa para o ego, repita-se, faz-se ainda mais extremada ante a irracionalidade objetiva e, assim, essa instância psíquica “Não dispõe, de modo algum, daquela solidez e segurança com que se faz alarde ante o ego” (Adorno, 1986, p. 63, tradução nossa). Mais uma vez e em outros termos, pois, evidencia-se a fragilidade do ego, seja em relação à sua natureza, seja em relação a contingências históricas.

Assim fragilizado, pode-se entrever, o ego nem sempre alcançará o intento de prover o que lhe é próprio: a diferenciação. Nessa medida, amiúde se verá compelido a movimentos de regressão libidinal, “Ou pelo menos fundirá suas funções conscientes com as inconscientes” (1986, p. 63, tradução nossa). Portanto, o desmesurado poder que a sociedade exerce sobre os indivíduos, decorrente da irracionalidade objetiva que resultou da recaída do esclarecimento no mito, impõe suas marcas até mesmo no inconsciente desses mesmos indivíduos, uma vez que, “O ego que se retira ao inconsciente não desaparece sem mais, se não que conserva algumas das qualidades que adquiriu como agente social. Porém, as submete ao primado do inconsciente” (Adorno, 1986, p. 63, tradução nossa).

O ego que, mediante um movimento regressivo, fundiu suas funções conscientes e inconscientes, imprimindo nestas últimas as marcas da impotência a que a sociedade submete o indivíduo, é um ego que teve sua dimensão inconsciente ampliada – “que se retira ao inconsciente” – e, em alguma medida, renunciou à autoconsciência que lhe permitiria prover a diferenciação garantidora da singularidade e da autonomia do indivíduo. E, nos termos da teoria freudiana, a renúncia à consciência é o narcisismo: “A figura da energia pulsional,

que sustenta o ego, segundo o tipo anaclítico freudiano – quando procede ao mais alto sacrifício, o da consciência, é o narcisismo”, afirma Adorno quanto a isso, acrescentando, de modo a corroborar essa sua assertiva com uma atualização histórica que, “Nesse sentido, assinalam com irresistível força probatória todos os resultados da psicologia social sobre as regressões atualmente predominantes, nas quais o ego é negado e endurecido de maneira falsa e irracional” (Adorno, 1986, p. 64, tradução nossa).

Sendo a irracionalidade que rege a sociedade demasiado evidente e, assim, bastante próxima da consciência, a adesão dos indivíduos demanda um ego regredido a estágios que o tornam grandemente inconsciente e irracional, portanto, funcionando basicamente de acordo com o mecanismo do narcisismo. A sociedade resultante do percurso do esclarecimento, que mediante um sistema unificador, eliminou ou subordinou gradativamente as instâncias intermediadoras entre a sua totalidade e os indivíduos, pelo recurso ao enfraquecimento regressivo do ego, também transpôs as intermediações internas desses indivíduos, capacitando-se a impor as marcas da irracionalidade que a permeia de modo quase incólume no inconsciente dos mesmos: “a tendência objetiva da sociedade liga-se, sem fissuras, à involução subjetiva. Parodisticamente, a história universal produz outra vez os tipos de homens de que necessita” (Adorno, 1995, p. 218).

A submissão do ego à irracionalidade subjetiva, que o faz sensível aos apelos da irracionalidade objetiva, é reiterada pela seguinte afirmação do autor: “No narcisismo, ao menos aparentemente, está preservada a função autoconservadora do ego, porém ao mesmo tempo está cindida da função da consciência e entregue à irracionalidade” (Adorno, 1986, p. 64, tradução nossa). Em decorrência dessa debilidade na constituição psíquica dos indivíduos, a adesão deles a uma ordem social irracional, com a finalidade de garantir a própria autoconservação, não ocorre – nos termos daquilo que Adorno discute no texto “Educação – para quê?” (1995) – quando a resistência a essa mesma ordem passa a ameaçar essa mesma autoconservação, senão que, em razão da ausência de instâncias de fato capazes de prover algum tipo de intermediação entre a totalidade social e o inconsciente: é uma adesão que se aproxima de um ato reflexo.

Ao afirmar que “Oportunos são aqueles tipos que não tem ego nem atuam de maneira propriamente inconsciente, mas que reproduzem o traço objetivo de maneira reflexa” (1986, p. 74, tradução nossa), Adorno expressa com clareza essa adesão impulsionada por um ato reflexo e, talvez por isso mesmo faça a intrigante afirmação de que “Então a ‘psicologia social’, ao contrário do que se quer hoje, não seria essencialmente psicologia do ego, mas psicologia da libido”

(1986, p. 64, tradução nossa), na qual, a ressalva ao termo psicologia social, indicada pela aposição do mesmo entre aspas, parece indicar que o autor se refere àquelas propostas de psicologia social que buscam entender o comportamento do indivíduo em sociedade, caso em que, de fato, seu objeto deveria ser a libido, em razão do caráter reflexo desses comportamentos.

A negação do objeto da ‘psicologia social’, neste caso, não pode, portanto, ser entendida como uma negação do ego, condição fundamental à constituição do indivíduo, mas sim, como uma clara afirmação desse mesmo ego, tanto quanto do indivíduo, do qual esse ego é elemento constitutivo fundamental, como objeto da psicologia social delineada por Adorno, inclusive porque essa é a instância para a qual deve se dirigir a educação contra a barbárie.

Porém, se a irracionalidade representada por esse tipo de adesão, até este ponto analisada como uma prerrogativa do indivíduo singular, também caracteriza os movimentos de massa passados e presentes, como afirma Adorno, então, essa mesma adesão assume uma dimensão coletiva. Inclusive, de acordo com entendimento do autor expresso anteriormente, à psicologia social analiticamente orientada caberia ocupar-se, principalmente, da irracionalidade que caracteriza os movimentos de massa. Assim, quando Adorno conclui a ocorrência de uma versão coletivista do narcisismo, esse se afigura como um raciocínio que a ele se impôs com irrefutável, embora seja necessário ressaltar que, provavelmente, tal juízo também decorra de estudos anteriores realizados pelo autor, ou dos quais ele participou em parceria com outros estudiosos.

A referência de narcisismo coletivo aparece em mais de um momento da obra de Adorno, contudo, em consonância com aquilo que ora se discute, para melhor especificá-la, afigura-se como apropriado apresentar e discutir a passagem em que ele comenta como se comportam os indivíduos que agem com base em atos reflexos. “Praticam em conjunto um ritual absurdo, seguem o ritmo compulsivo da repetição, empobrecem afetivamente: com a destruição do ego aumentam o narcisismo e seus derivados coletivistas” (Adorno, 1986, p. 74, tradução nossa). Esse derivado coletivista do narcisismo que traduz o funcionamento do ego enfraquecido – o narcisismo coletivo, não é menos importante e tampouco, coerentemente com o pensamento do autor, menos sujeito a contradições que o mecanismo individual no qual se assenta, como será a seguir evidenciado, com base na transcrição do seguinte excerto do texto “Teoria de la seudocultura” (1971a):

O narcisismo coletivo resulta em que as pessoas compensam a consciência de sua impotência social – impotência que penetra até suas constelações instintivas individuais – e, ao mesmo tempo, a sensação de

culpa devida a que não são nem fazem o que em seu próprio conceito deveriam ser e fazer, tendo-se a si mesmos – realmente ou apenas na imaginação – por membros de um ser mais elevado e amplo, ao qual conferem os atributos de tudo o que lhes falta e do qual recebem de volta, sigilosamente, algo assim como uma participação naquelas qualidades (p. 259, tradução nossa).

O trecho acima transcrito, por bastante elucidativo quanto aos vínculos do narcisismo coletivo com as marcas impostas pela ordem social no inconsciente, e quanto à demonstração de que, em decorrência disso, esse mecanismo é reforçado pela sociedade que o elege como condição para a constituição do indivíduo de que necessita, bem como por reiterar o que foi anteriormente discutido quanto a esse mesmo mecanismo, parece dispensar maiores comentários, permitindo que se passe à análise do caráter paradoxal desse mecanismo.

No texto “Opinión, Locura, Sociedad” (1971b), o autor, ao analisar as distinções e indistinções entre opinião emocional ou absurda e opinião racional ou sã, afirma que “A forma característica da opinião absurda, hoje, é o nacionalismo”, porquanto, diante da abrangência planetária da atuação do capital que, ao reduzir tudo e todos ao valor de troca, homogeneiza-os, esse sentimento “perdeu, ao menos nos países desenvolvidos, todo fundamento e os fatos, havendo se convertido completamente em uma ideologia, como na realidade sempre o foi” (Adorno, p. 153, tradução nossa).

Como ideologia, pois, o nacionalismo aciona e confirma aquela dinâmica entre indivíduo e sociedade cujo resultado é o enfraquecimento do ego que, nessas condições, adota o narcisismo como seu principal mecanismo de funcionamento, não sendo difícil concluir que, por coletivamente partilhado, esse sentimento configura-se na versão coletiva desse narcisismo, como, a propósito, é possível concluir pela comparação do excerto do texto “Teoria de la Seudocultura” acima transcrito, com a afirmação do autor aposta em momento posterior do texto ora em discussão: “Como sucedâneo [do narcisismo coletivo], o nacionalismo lhes devolve, como indivíduos, parte do próprio respeito que a coletividade lhes subtrai e cuja recuperação esperam dela, ao identificar-se ilusoriamente com a mesma” (Adorno, 1971a, p.154, tradução nossa).

Mas, se o nacionalismo, como se pôde verificar, é uma versão do narcisismo coletivo que favorece a submissão dos indivíduos aos ditames da ideologia, quando no texto “O significa elaborar o passado” (1995), comenta o caráter ao mesmo tempo ultrapassado e atual desse sentimento, o autor desvela a dimensão paradoxal dele. O nacionalismo seria ultrapassado em decorrência da perda de substância histórica do estado nacional soberano, por conta dos já citados moti-

vos econômicos, os quais, na época em que o texto foi escrito, convém registrar, haviam determinado a organização do mundo em dois blocos opostos entre si, mas mantido coeso pela ameaça recíproca entre ambos, concretamente expressa em armamentos tecnicamente sofisticados, cuja produção, acresça-se, movimentava esses mesmos interesses econômicos. Entretanto, a obsolescência histórica desse sentimento não impede o autor de constatar que:

o nacionalismo é atual na medida em que somente a ideia transmitida e psicologicamente enriquecida de nação, que permanece sendo a expressão de uma comunidade de interesses na economia internacional, tem força para mobilizar centenas de milhões de pessoas para objetivos que não são imediatamente os seus (Adorno, p. 42).

A adesão dos indivíduos a interesses que não imediatamente os seus, sem dúvida, traduz a irracionalidade dos movimentos de massa constatada pelo autor, contudo, também parece possível concluir que esse despojamento dos interesses imediatos possa ocorrer em favor da constituição de uma totalidade mais favorável ao conjunto de uma determinada coletividade, isto é, que em razão desse mesmo sentimento o indivíduo possa superar o desejo do ilusório benefício singular, pois irrealizável na ordem social atual, em favor daquilo que possa ser um real benefício social mais amplo, não obstante sempre muito questionável em decorrência da irracionalidade objetiva.

Retomando, a título de conclusão: o narcisismo que caracteriza o funcionamento do ego enfraquecido – objeto da psicologia social analiticamente orientada –, justamente por favorecer a adesão dos indivíduos a um ordenamento social a eles hostil, é condição para a autoconservação de quem é compelido a viver nesse ordenamento, inclusive no aspecto psíquico, pois é bem provável que a constatação, sem retoques, da impotência a que estão submetidos seria grandemente destrutiva para os viventes. Nesse sentido, essa adesão guarda um momento de racionalidade, por expressar um controverso exercício de resistência: o de impedir a aniquilação desses viventes.

Já o nacionalismo, versão coletiva desse mecanismo – o narcisismo coletivo –, ao mesmo tempo em que favorece a adesão à irracionalidade presente na ordem social, neste caso, inclusive, pela ausência de fundamento concreto para esse sentimento: a soberania do estado nacional; igualmente, como indicou Adorno, pode motivar os indivíduos a buscar a superação do imediato em favor de algo tido como mais favorável do que o existente, o que, portanto, consiste em resistir à irracionalidade objetiva sob a qual vivem, logo, um exercício com alguma racionalidade.

Esse tênue limite entre adaptação e resistência, no qual se expressam as tensões entre racionalidade e irracionalidade – objetiva e subjetiva –, aflorado pelo que foi desvelado por Adorno, justamente por adotar um procedimento atinente à psicologia social por ele mesmo delineada, configura-se como algo a ser considerado quando dos esforços para impedir a recaída na barbárie. Quanto a isso, é oportuno registrar, o próprio Adorno, em seus esforços para pensar uma educação que pudesse contribuir com esse impedimento, admite que “desde o início existe no conceito de educação para a consciência e para a racionalidade uma ambiguidade” (1995, p. 143-144). Isso porque, constata o autor, concomitantemente à educação para a consciência e para a racionalidade, ou seja, a se educar para a emancipação, o que implica em opor resistência, é igualmente necessário educar para a adaptação, condição para a sobrevivência, pois só pode opor resistência e emancipar-se quem se mantém vivo, ao mesmo tempo em que seria irracional opor uma resistência que leve ao aniquilamento daquele que resiste. Confirmando a importância de se conferir atenção a essa ambiguidade que, assim está sendo entendido, guarda alguma similaridade com o que, em momento anterior, foi aqui nomeado como tênue limite, o autor assevera que “Talvez não seja possível superá-la no existente, mas certamente não podemos nos desviar dela” (1995, p. 144).

Auscultar sob quais condições as tensões presentes nesse tênue limite, ou nessa ambiguidade, como o designa Adorno, favoreceriam a emersão de um potencial emancipatório, e se, igual ou contrariamente, contribuiriam para converter a barbárie latente em manifesta, demandaria, em favor de uma postura ética e rigorosa com o pensamento do autor, e contra o risco de recair na racionalidade do sempre-igual por ele criticada, uma discussão cuidadosa e exaustiva que transcende o âmbito do presente trabalho. De qualquer maneira, a se considerar as palavras com que ele próprio encerra o texto que constituiu a principal fonte de consulta para a elaboração deste texto, competiria à psicologia social analiticamente orientada – ou seja, aquela que “penetrasse no núcleo da psicologia, sem mesclar-lhe um forte suplemento de conceitos sociológicos” – responder “Se os processos de integração, tal como parece, unicamente debilitam o ego até um valor limite, ou se, como no passado, os processos de integração, todavia, ou novamente, podem fortalecer o ego” (1986, p. 83, tradução minha).

Não obstante a impropriedade de se tentar identificar sem os devidos cuidados tais condições, convém registrar que estamos atravessando uma época permeada por tensões antagônicas entre si, pois, por um lado, repita-se, tem crescido a manifestação pública e não raro violenta de simpatia ao fascismo,

inclusive com alguns desses simpatizantes tendo assumido parcelas do poder político; enquanto que, por outro lado e em sentido inverso, tem se manifestado, também pública e crescentemente, um sentimento antifascista, em maior medida por parte de jovens e em espaços insuspeitos, pois permeados por práticas e valores que favoreceriam a adesão a práticas violentas, como é o caso de torcidas de times de futebol e de grupos de policiais antifascistas, ou seja, são manifestações à margem das instituições tradicionais. Por conseguinte, faz-se possível constatar que, num mesmo contexto, constituem-se indivíduos com características igualmente antagônicas entre si, o que permite o exercício de buscar explicações para tanto na obra de Adorno.

No primeiro caso, o dos indivíduos que aderem ao fascismo, portanto, dotados de um ego enfraquecido, afigura-se como apropriado recorrer ao que sugere o autor quando, constatando que, por ser o processo de adaptação “tão desmesuradamente forçado por todo o contexto em que os homens vivem, eles precisam impor a adaptação a si mesmos de um modo dolorido [...] e, nos termos de Freud, identificando-se ao agressor” (Adorno, 1995, p, 145). A reação desses indivíduos, dado o sofrimento imposto pela adaptação deles a uma ordem irracional, se afiguraria como o ato reflexo a que Adorno se refere e estes tenderiam a praticar a mesma violência que sofreram nesse processo. Já no segundo caso, o daqueles indivíduos que resistem ao ressurgimento da barbárie, ou seja, dotados de um ego passível de ser assim nomeado, provavelmente sejam aqueles em que o momento de racionalidade necessário à adaptação, levou-os, como se refere Adorno ao indivíduo capaz de opor resistência, a “colocar no lugar da mera adaptação uma concessão transparente a si mesma onde isso é inevitável, e em qualquer hipótese confrontar a consciência desleixada” (p. 154).

Tanto o ressurgir do fascismo, uma possibilidade identificada pelos autores da teoria crítica, quanto a reação a isso são fenômenos recentes e seria prematuro imaginar as consequências futuras, quando a intensidade com que ambos se manifestam arrefecer, no entanto, esta parece ser, justamente pela amplitude e a manifestação inequívoca e pública desse antagonismo, uma época propícia para se detectar os elementos – objetivos e subjetivos – que periodicamente ameaçam o ressurgir da barbárie, assim como aqueles que permitem contrapor-se a essa ameaça.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO *et al.* **La personalidad autoritaria**. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1965.
- ADORNO, T.W. Teoria de la seudocultura. *In:* HORKHEIMER, M. e ADORNO, T.W. **Sociologica**. Madrid: Taurus, 1971a, p. 233-267.
- ADORNO, T.W. Opinión, locura, sociedad. *In:* HORKHEIMER, M. e ADORNO, T.W. **Sociologica**. Madrid: Taurus, 1971b, p. 137-160.
- ADORNO, T.W. Sociologia e Investigação Social Empírica. *In:* HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W. **Temas básicos da Sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 120-131.
- ADORNO, T.W. Acerca de la Relación entre Sociología y Psicología. *In:* HENNING, J. **Teoría Crítica del Sujeto**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1986, p. 36-83.
- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação** (Trad. Wolfgang Leo Maar). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- CROCHIK, J.L. Notas sobre a Psicologia Social de T. W. Adorno. **Psicologia e Sociedade**, Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social - Abrapso, vol. 8, n. 1, jan-jun/1996, p. 43-62.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento** (Trad. Guido Antonio de Almeida). Jorge Zahar editor. Rio de Janeiro: 1997. (7ª reimpressão).

